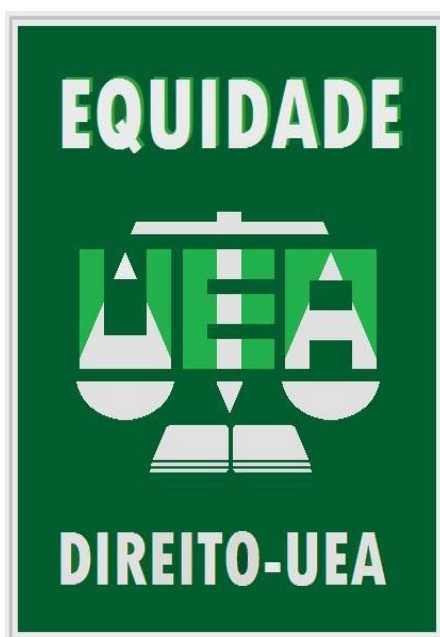


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

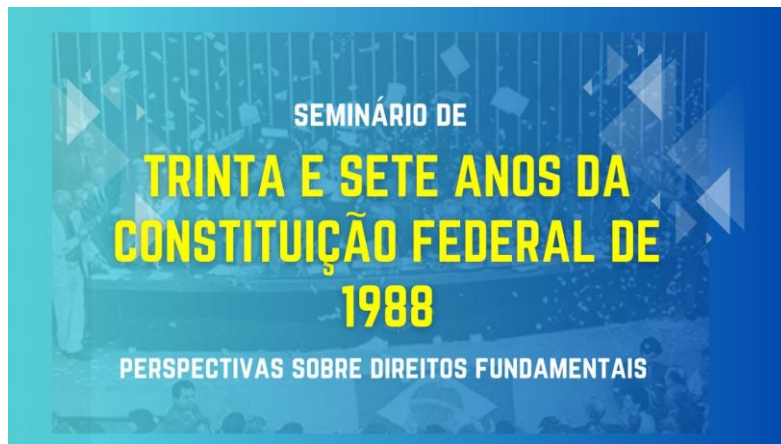


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Gláucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima

Ana Clara Sarmiento Cabral
Andria da Costa Pereira
Bruna Maria da Silva Mota
Elias Nunes Pereira
Elis Helena Castro Medeiros
Emilly Victória Batista do Santos
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
João Victor Osvaldo Souza
Letícia de Lira Gomes
Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Marcelo Damasceno Rodrigues
Nilvana Linhares Fernandes
Nycolas Matos Carvalho
Pedro Luís da Silva Teles
Rafael Mousinho do Amaral
Rebeca de Lima Nogueira
Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formataadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Glaucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. N^o 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

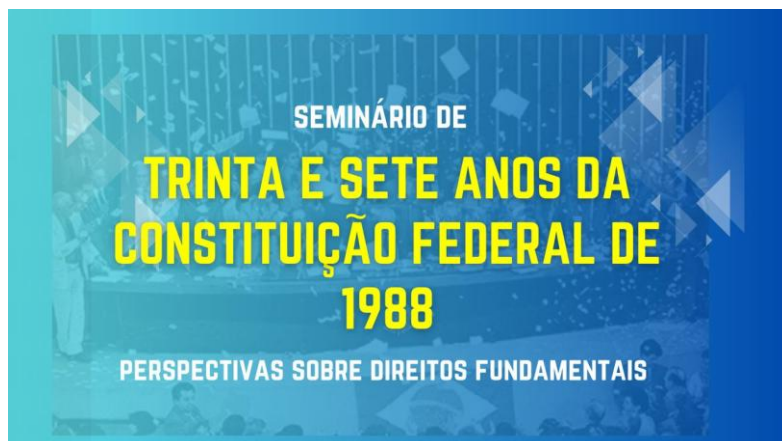
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POLICIAIS MILITARES DO AMAZONAS:
LIMITAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EFETIVAÇÃO**

*FUNDAMENTAL RIGHTS OF MILITARY POLICE OFFICERS IN AMAZONAS:
LIMITATIONS, CHALLENGES, AND PROSPECTS FOR IMPLEMENTATION*

**Bruno Brissow de Azevedo¹
Igor Philipe Soares de Oliveira²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

O policial militar ocupa uma posição singular na sociedade: é responsável por garantir a proteção dos direitos fundamentais da população, como vida, liberdade e segurança, mas enfrenta uma série de vulnerabilidades inerentes à sua profissão. Além

¹ Pós Graduado em Segurança Pública pela Faculdade Focus (2023). Graduado em Direito pelo Centro Luterano de Manaus (2021). Graduado em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Contato: brunobrissow@hotmail.com Lattes <http://lattes.cnpq.br/5332891554250581>.

² Pós graduado em Segurança Pública pela Faculdade Focus (2023). Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Maurício de Nassau (2019). Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas. Cadete da Polícia Militar do Amazonas. Contato: igorphilipe99@gmail.com com Lattes <https://lattes.cnpq.br/0947478957595719>.

³ Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MArbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

das limitações legais e regimentais, o policial está exposto a pressão psicológica intensa, jornadas de trabalho exaustivas, riscos físicos constantes e situações de alto estresse, que podem comprometer sua saúde mental e física.

No contexto do Amazonas, essas vulnerabilidades são agravadas por desafios institucionais, condições de infraestrutura precárias e crescente demanda por segurança pública. A dualidade do policial como garantidor de direitos alheios e sujeito vulnerável evidencia a necessidade de políticas públicas e institucionais que equilibrem disciplina, eficiência e proteção integral do profissional. Este estudo busca analisar como essas vulnerabilidades impactam o exercício da função e como estratégias podem ser implementadas para assegurar a efetivação dos direitos fundamentais do policial militar, promovendo saúde, segurança e dignidade.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender o policial militar não apenas como agente de proteção social, mas como sujeito de direitos que enfrenta riscos físicos, psicológicos e sociais constantes. As jornadas exaustivas, a pressão por resultados e a exposição a situações de risco tornam o profissional vulnerável, impactando sua saúde mental e a qualidade do serviço prestado.

Investigar essa dualidade permite propor medidas que conciliem a eficiência do trabalho policial com a proteção integral do profissional, garantindo que a proteção da sociedade não ocorra às custas da saúde e dignidade do próprio policial. Este trabalho contribui para a formulação de políticas institucionais e públicas que reconheçam a vulnerabilidade do policial militar como elemento central para a efetivação dos direitos fundamentais dentro da corporação

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como a função do policial militar do Amazonas, enquanto garantidor dos direitos fundamentais da população, se relaciona com sua própria vulnerabilidade física, psicológica e social.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar os fatores que tornam os policiais militares vulneráveis, incluindo risco físico, pressão psicológica e jornadas exaustivas; Investigar o impacto dessas vulnerabilidades na capacidade do policial de garantir os direitos da população; Sugerir estratégias e recomendações para equilibrar disciplina militar, eficiência operacional e efetivação dos direitos fundamentais do policial.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como o Policial Militar do Amazonas no exercício de sua profissão como garantidor e protetor dos Direitos Fundamentais dos cidadãos pode ao conciliar a proteção desses direitos e lidar com sua vulnerabilidade, comprometendo no processo seus próprios direitos fundamentais?

Uma possível explicação para essa questão reside no fato de que a natureza da profissão policial militar no Amazonas exige desse profissional jornadas de trabalho extensas, uma forte pressão psicológica e riscos físicos constantes, pois as vezes de forma voluntária ou por pressão da própria instituição, que focada no objetivo de alcançar a eficiência operacional, preza em garantir os direitos fundamentais da população em detrimento dos direitos fundamentais de seus policiais militares, gerando um desgaste na saúde, bem-estar e na dignidade da pessoa humana desse profissional.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida sob o ponto de vista de uma abordagem qualitativa com o objetivo de compreender o tema proposto e utilizou o método exploratório, tendo o procedimento sido feito pelo levantamento bibliográfico e análise documental e utilizou técnicas de análise de dados.

6. RESULTADOS

Ao analisar os artigos científicos e obras publicadas sobre o tema de direitos fundamentais do Policial Militar e seu papel como garantidor desses mesmos direitos aos cidadãos, pode-se observar que o papel trazido pela Constituição Federal de 1988 no art. 144, § 5º prevê que às polícias militares preservar a ordem pública. O policial militar tem a autoridade e dever previsto em lei para garantir a preservação da ordem pública e com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

isso proteger os direitos fundamentais dos cidadãos, mesmo com risco da própria vida.

Devido a esse ponto de que para garantir os direitos fundamentais de outros, o agente público deve arriscar seu maior direito fundamental que é a vida, mostra o ponto complexo que é o dever de agir e a sua autopreservação como ser humano. Os achados mostram que a segurança e integridade do policial militar são tão importantes quanto aos daqueles que jurou proteger.

Atualmente toda ação do policial militar deve estar pautada na preservação dos direitos fundamentais de todos, inclusive dele próprio, não sendo possível exigir que o policial abdique totalmente de seus direitos fundamentais para ter êxito em seu papel constitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como a função do policial militar do Amazonas, enquanto garantidor dos direitos fundamentais da população, se relaciona com sua própria vulnerabilidade física, psicológica e social. A pesquisa demonstrou que essa vulnerabilidade que é inerente a atividade policial militar, é intensificada por longas jornadas de trabalho e pressão da própria instituição por resultados, mesmo que isso signifique a violação de direitos fundamentais de seus próprios agentes, impactando o serviço desempenhado por esse policial militar para a sociedade.

Um agente público que não tem seus direitos fundamentais respeitados, não pode conseguir garantir a efetividade dos direitos fundamentais da população, pois com o tempo suas vulnerabilidades acabam por desgastá-lo tanto física quanto mentalmente, aumentando o risco de sua ação de proteger os direitos, acabar por violá-los.

Conclui-se que o equilíbrio entre o exercício da ação desempenhada pelo policial militar garantidor de direitos fundamentais, baseada na hierarquia e disciplina, e a efetivação dos seus direitos fundamentais é o ponto principal para que a atuação desse profissional e as políticas instituições possam garantir sua dignidade como pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de. **Do princípio da dignidade da pessoa humana e o conhecimento tradicional associado ao manejo pesqueiro: um estudo de caso na**

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Comunidade Santo Antônio do rio Urubu, no município de Boa Vista do Ramos Amazonas. 2012. 226 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2012.

CAMPOS, Mariana Cristina; NUNES, Geilson. **OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PARA OS AGENTES DA ATIVIDADE POLICIAL: UM OLHAR SOB A EDUCAÇÃO CONTINUADA DE SEGURANÇA PÚBLICA.** Cadernos da Fucamp, [s. l.], v. 17, n. 30, p. 113-138, 2018.

Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de jan.2025.

CORRÊA, Ben-Hur Luís Kaiser. **DESAFIOS E DILEMAS NA ATUAÇÃO POLICIAL: EQUILIBRANDO A ORDEM PÚBLICA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS.** BRAZILIAN JOURNAL OF IMPLANTOLOGY AND HEALTH SCIENCES, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 1587-1604, 2024.

GERA, Jeferson de Souza; ANDRADE, Valdineia Moretti. **DIREITO POLICIAL: uma análise das garantias do exercício da profissão frente aos direitos humanos.** *Revista Nativa Americana de Ciências, Tecnologia & Inovação*, Ji-Paraná, v. 5, n. 1, p. 46-63, 2023.

GUIMARÃES, Werner Walter Heuer. **O USO LEGAL DA FORÇA POLICIAL COMO ELEMENTO GARANTIDOR DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.** DOUTRINAL: *Revista doutrinária da Polícia Militar de Pernambuco*, Pernambuco, v. 3, n. 2, p. 51-65, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Zago de; SILVA, Adilson José da. **AS PRINCIPAIS CAUSAS DAS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS POR PARTE DOS POLICIAIS MILITARES E A EDUCAÇÃO COMO COMBATE A ESSAS CONDUTAS.** RECIMA21 - *REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR*, [s. l.], v. 4, n. 11, p. 1-12, 2023.

OLIVEIRA, Paulo Vitor Barboza de. **A ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO SEMANAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MATO GROSSO: O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.** RHM - *Revista Habilitar Militar*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 12-38, 2015. BRASIL.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais; Polícia Militar; Vulnerabilidade; Saúde ocupacional; Efetivação.

KEY WORDS: *Fundamental rights; Military police; Vulnerability; Occupational health; Effectiveness.*